

## **Moção: Repositório Comum de Ciência**

Tornar a ciência mais aberta e acessível a todos é sem dúvida um desafio coletivo, que fortalece não só a posição da ciência na sociedade, mas que contribui também para uma sociedade mais qualificada e preparada para enfrentar o futuro. Permitir que o conhecimento científico seja trasladado para a sociedade é investir no reforço do impacto social que a investigação tem, contribuindo para a sua valorização, transparência, reprodução e reconhecimento.

No contexto internacional observamos que ao longo dos anos este tem sido um tema que tem vindo a ser um dos eixos de ação, sendo reconhecido o trabalho que a Comissão Europeia tem desenvolvido através da comissão criada para estudar a viabilidade de criar a European Open Science Cloud, mas que só foi possível com os significativos passos dados nomeadamente através das declarações BBB - Budapest Open Access Initiative (BOAI), o Bethesda Statement on Open Access Publishing e a Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities.

Em Portugal as primeiras iniciativas foram lideradas pela Universidade do Minho com a criação do seu repositório institucional em 2003 e mais tarde com a 1ª Conferência Open Access em maio de 2005. Apesar destas iniciativas, só a partir de 2006 a temática começou a ganhar uma atenção mais generalizada com a divulgação da Declaração Open Access do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e com a recomendação de que as universidades criassem Repositórios Institucionais com livre acesso uma vez que este promovia uma maior visibilidade, acessibilidade e difusão dos resultados da atividade científica do investigador, da universidade e ainda do país, potenciando o seu impacto na comunidade científica internacional.

É importante ressaltar também o grande esforço e investimento que se fez para modernizar o nosso sistema científico que sofria de um grave atraso estrutural na ciência no que toca às infraestruturas científicas, o que se traduziu no crescimento do número de publicações tendo Portugal inclusive, sido o segundo país da União Europeia com a maior taxa de crescimento entre 2000-2008. (GPEAR, 2008)

Portugal tem vindo a acompanhar e a ser um agente ativo nesta alteração do paradigma na ciência sendo nomeadamente um dos signatários dos princípios da Declaração de Berlim no contexto de ação internacional, mas transportando esses princípios para diretrizes nacionais nomeadamente através da Declaração do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas – “Acesso Livre à Literatura Científica”. Apesar da Fundação para a Ciência e a Tecnologia participar do OpenAIRE e de estar a adotar medidas que estão no sentido as mesmas ainda não são suficientes uma vez que na verdade as publicações de livre acesso têm diminuído desde 2013.

Assim, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes reunidas em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas, nos dias 9 e 10 de setembro de 2017, solicitam ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) que:

- Efetue as diligências necessárias - do ponto de vista legislativo, tecnológico e burocrático - para que o livre acesso ao conhecimento e à produção de Ciência seja uma realidade na sociedade portuguesa;
- Estabeleça a criação de um fundo financeiro comum entre a Direção-Geral de Ensino Superior, as Instituições de Ensino Superior e os Laboratórios de Investigação Científica que permita salvaguardar a criação de um



repositório de livre acesso online, sem restrições, sob égide regulatória do MCTES;

Braga, 9 e 10 de setembro de 2017

Proponente: Federação Académica de Lisboa;

Endereçado: MCTES;

Conhecimento: Grupos Parlamentares, CRUP, CCISP, APESP, ABIC;